

2. Livros de leitura para a infância: autores, obras e editores

Pensar os livros de leitura que tratam da história do Brasil para crianças nas duas primeiras décadas do século XX nos remete a dialogar com uma vasta bibliografia sobre a história do livro e da leitura. Estudos recentes sobre esse tema buscam pensar o livro em sua multiplicidade de dimensões, não atentando apenas para a relação entre o escritor, a obra e seu público, mas também pensando a influência e o papel de agentes como o editor e o Estado como importantes elementos para se pensar o processo de escrita de livros didáticos.¹ Dessa relação que envolve múltiplos agentes na constituição do livro deve-se considerar não só elementos textuais, mas também os aspectos técnicos da obra, como a formatação dos textos, o tamanho das páginas, dos parágrafos e capítulos e as figuras presentes na obra que contribuem para a formação do texto.

Considerando que a forma como esses livros são produzidos, tanto nos elementos internos e externos, quanto nos textuais e não textuais, influenciam nos seus conteúdos e trazem indícios de como a obra foi concebida pelo autor e até mesmo recebida por seus contemporâneos. O objetivo do presente capítulo é delinear essa diversidade de aspectos das obras que pretendo analisar. Assim, acredito ficar mais produtiva a análise dos conteúdos mais específicos de cada obra no que diz respeito à história do Brasil, reservando essa última ação para os próximos capítulos. Na apresentação dos autores não há pretensão de escrever uma biografia, mas apresentar dados biográficos que possam ser pertinentes para o entendimento do pensamento e das relações de cada autor que possam colaborar para a compreensão de sua obra. Por critérios de organização as obras e os autores serão apresentados na sua ordem cronológica de publicação. Sendo assim apresento autores e a obra *A Pátria Brasileira*, em seguida *Minha Terra e Minha Gente* e por fim *Nossa Pátria*. Na medida do possível busquei estabelecer algumas comparações entre as obras e autores.

¹ Ver: LUCA, Tania Regina de. “Livro didático e Estado: explorando possibilidades interpretativas.” In.: MAGALHÃES, Marcelo de Souza, REZNIK, Luís, ROCHA, Helenice Aparecida Bastos (Org.). *A História na Escola: autores, livros e leituras*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009. pp. 151-172.

2.1. A *Pátria Brasileira* de Coelho Netto e Olavo Bilac.

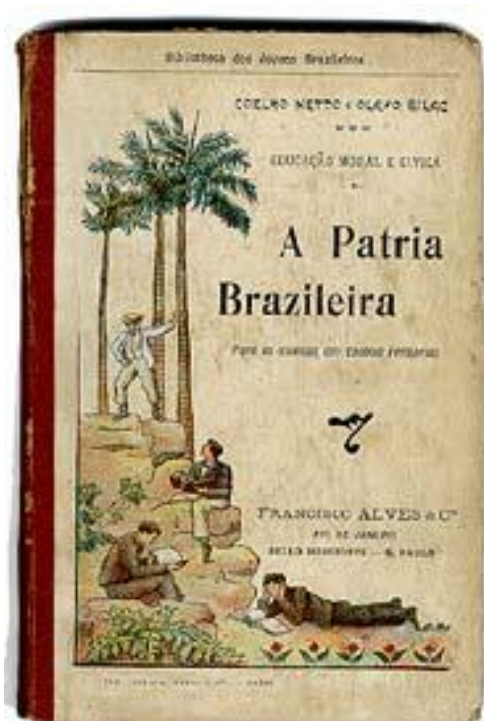


Figura 1. Capa de *A Pátria Brasileira*, 1909.

2.1.1. Os Autores

Henrique Maximiano Coelho Netto (1864-1934) possui uma vasta obra que acumula mais de 120 títulos de gêneros variados – romances, crítica literária, poesia, crônicas, contos e teatro. Nos seus cinquenta anos de carreira literária manteve essa expressiva produtividade com a regularidade e disciplina a que dava ao seu trabalho de escritor. Como nos informa João do Rio em seu inquérito *O momento literário*, Coelho Netto mantinha a rotina de levantar-se muito cedo, por volta das cinco horas da manhã. Escrevia das seis da manhã até meio dia, após o almoço retomava às três da tarde e só parava quando acendia as primeiras luzes da cidade. Na descrição feita por João do Rio, Coelho Netto é apelidado de o literato da “pena de aço”.²

² Ver, RIO, João do. *O momento Literário*. Rio de Janeiro Fundação Biblioteca Nacional em PDF, 1905. p. 20. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000134.pdf> Acessado em 18 de janeiro de 2013.

Nasceu no Maranhão, mas se mudou para o Rio de Janeiro ainda criança. Estudou no Colégio Pedro II, iniciou o curso de medicina, mas o abandonou rapidamente. Matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1883, onde permaneceu até 1885, durante esses anos deu seus primeiros passos como escritor na redação de diversos jornais acadêmicos publicando contos e sonetos. Abandonou a Faculdade de Direito e retornou ao Rio de Janeiro onde começou a firmar sua carreira literária escrevendo em jornais como a *Gazeta da Tarde e Cidade do Rio*. Sua juventude e os anos iniciais de sua carreira são carregados de forte inspiração na luta contra a escravidão e a favor do regime republicano.³

Apesar da proficuidade de sua pena Coelho Netto não sobreviveu apenas dela. Com o advento da República foi nomeado secretário do Governo do Estado do Rio de Janeiro em 1890, no ano seguinte assumiu o cargo de Diretor dos Negócios do Estado. Seu posicionamento contrário aos rumos que a República tomava logo nos seus anos iniciais fez com que ele se afastasse desses cargos públicos. Na vida profissional atuou também na área docente. Foi nomeado em 1892 professor de História da Arte da Escola Nacional de Belas Artes, professor de Literatura do Ginásio Pedro II e em 1910 foi nomeado professor de História do Teatro e da Literatura Dramática da Escola de Arte Dramática, instituição da qual tornou-se diretor. Na carreira política foi por duas ocasiões eleito deputado federal pelo estado do Maranhão (1909 e 1917).

Por volta do final da década de 1910 até o final de sua vida, momento da sua maturidade, Coelho Netto engajou-se na campanha patriótica. Índícios desse engajamento são perceptíveis no tom que deu a suas crônicas no jornal *A Noite* a partir de 1918,⁴ ao cargo de secretário-geral da Liga de Defesa Nacional e a redação de obras voltadas para a educação de moral e cívica, com forte teor patriótico como *Breviários Cívicos* de 1921. Importante salientar que a defesa do patriotismo, embora tenha sido mais forte no momento final de sua vida, já estava presente nas obras do autor voltadas para o público infantil, como *A Pátria Brasileira* (1909) e *Contos Pátrios* (1904).

³ Ver, PEREIRA, Leonardo. “Literatura em movimento: Coelho Netto e o público das ruas”. In. *História em cousas miúdas: capítulos de História Social da crônica no Brasil*. CHALHOUN, Sidney; NEVES, Margarida; e PEREIRA, Leonardo. (org.). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005. p. 203.

⁴ Idem., p. 220.

Coelho Netto foi, talvez, o literato mais produtivo e mais lido de seu tempo. Seu talento foi saudado por escritores consagrados como Machado de Assis e Adolfo Caminha. Todavia, ao longo do tempo, críticos de sua obra construíram para o autor a imagem de um literato artificial e vazio, distante da realidade social de seu tempo. Literato que fazia uso de estilo rebuscado em seus contos e romances e os enchia de referências orientais e helênicas motivou críticas de seus contemporâneos como Lima Barreto e dos literatos ligados ao movimento modernista na década de 1920. Leonardo Pereira ao analisar a obra de Coelho Netto aponta essas concepções e argumenta que apesar dessas características ele era um autor extremamente popular, principalmente no final de sua vida. Sua fama e relacionamentos iam além do mundo literário. Para Pereira essa popularidade era fruto de uma parte específica de sua produção literária: as crônicas. Publicadas em jornais de grande circulação, elas atingiam um público habitualmente distante do mundo das letras.⁵

A relação e aproximação possível de se fazer entre as crônicas do autor e as obras voltadas para a infância é justamente o fato de ambos os gêneros serem direcionados para um público mais amplo. Assim como as crônicas, os livros de leitura voltados para a infância podem ter contribuído para a popularidade do autor.

É importante salientar também que, num momento em que a profissão de escrito não era consolidada, as produções voltadas para um público mais amplo como a escrita rotineira em jornais e a autoria de livros de leitura tornavam-se financeiramente atrativos para os literatos, possibilitando as condições necessárias para a escrita de sua obra literária.

Voltando ao inquérito de João do Rio é possível ver algumas pistas dessa preocupação que assolava o literário a partir do seguinte depoimento dado por Coelho Netto: “Preciso de um relativo conforto, preciso rodear os meus filhos de bem-estar. Trabalho! Creio que só a tenacidade e o querer têm obstado a minha morte. Hei de ir até o fim com o prazer de ter pagado sempre as minhas dívidas.”⁶

Muitos dos livros de leitura produzidos nesse momento foram escritos em parceria, a de maior resultado foi sem dúvida a parceria entre Coelho Netto e

⁵ Idem. p. 202.

⁶ RIO, João do. Op. Cit. p. 20.

Olavo Bilac, respectivamente o príncipe dos prosadores brasileiros e o príncipe dos poetas. A produção de obras infantis com forte teor de educação cívica produzida por dois dos literatos mais renomados do início do século XX começou em 1898, com a publicação de *A terra fluminense* e teve outras obras como *Contos Infantis* (1904), *Teatro Infantil* (1905) e *A Pátria Brasileira* (1909).

Olavo Bilac, destacado intelectual brasileiro da virada do século XIX para o XX, nasceu no Rio de Janeiro em 1865. Antes de completar vinte anos começa a colaborar com crônicas, poemas e folhetins no jornal *Gazeta de Notícias*, nesse momento cursava a Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro que iria abandonar sem concluir o curso. Ainda incompleto abandonou também o curso da Faculdade de Direito de São Paulo.

No ano de 1888 publicou com grande sucesso o livro *Poesias*. É na década de 1890 que começou a participar de atividades mais voltadas para a educação, em 1898 assumiu interinamente a direção do *Pedagogium*⁷ e no ano seguinte foi nomeado inspetor escolar do Distrito Federal,⁸ cargo que Bilac ocuparia paralelamente às letras até sua aposentadoria. Em ambos os cargos trabalhou junto com Manoel Bomfim, com quem escreveu *Através do Brasil* (1910), obra de grande sucesso voltada para o público infantil e utilizada nas escolas. No ano de 1904 foi nomeado professor de poesia do *Pedagogium*.

A relação do poeta com a instrução nacional se deu pelos cargos públicos que ocupou e pelas obras voltadas para o ensino primário. Sua preocupação com a instrução pública aparece na seguinte declaração dada à João do Rio quando questionado sobre o que produzia:

“Oh! Não, meu amigo, nem versos, nem crônicas — livros para crianças, apenas isso que é tudo. Se fosse possível, eu me centuplicaria para difundir a instrução, para convencer os governos da necessidade de criar escolas, para demonstrar aos que sabem ler que o mal do Brasil é antes de tudo o mal de ser analfabeto. Talvez

⁷ Instituto criado em 1890 a partir da Reforma Benjamin Constant. Destinado a oferecer ao público em geral e aos professores os meios de instrução profissional de que possam carecer, a exposição dos melhores métodos e o do material de ensino mais aperfeiçoado. Ver Decreto 981 de 1890, reforma de Benjamin Constant.

⁸ Cargo estabelecido pelo Decreto 981 de 1890 elaborado por Benjamin Constant, ministro de Instrução Pública, Correios e Telégrafos, ministério de vida curta, criado em 1890 e abolido no final de 1892. Cabia aos inspetores escolares: a visita e rigorosa inspeção dos estabelecimentos de ensino primário e secundário; fazer cumprir o regimento das escolas; promover a adoção dos melhores métodos de educação física, intelectual e moral; aconselhar e estimular a frequência das crianças aos estabelecimentos de educação etc.

sejam ideias de quem começa a envelhecer, mas eu consagro todo o meu entusiasmo o entusiasmo — que é a vida — a este sonho irrealizável.”⁹

Essa declaração representa um posicionamento de Bilac que ganhará força no momento final de sua vida: a luta contra o analfabetismo e pela instrução primária e as campanhas cívicas pelo serviço militar obrigatório. Em reconhecimento a tais esforços ele é convidado por Pedro Lessa e Miguel Calmon para fazer o discurso de inauguração da Liga da Defesa Nacional (LDN) em sete de setembro de 1916, instituição da qual se torna patrono em 1918 na ocasião de sua morte.¹⁰ Essa preocupação com a instrução do povo que fica mais latente na fase final de sua vida, assim como no caso de Coelho Netto, já estava presente na sua produção literária voltada para infância e no seu livro que tinha como objetivo a vulgarização de determinado conhecimento do passado brasileiro.

Importante destacar da breve apresentação dos dois autores é que as atividades profissionais que ambos tiveram paralela à produção literária estão vinculadas, na sua maior parte, a área da educação pública. Bilac e Coelho Netto ocuparam cargos importantes da administração pública voltados para a instrução. Essas atividades ligavam os autores, ainda que profissionalmente a pessoas que poderiam aprovar o uso de seus livros nas escolas primárias.

2.1.2. A Pátria Brasileira

A obra chegou ao público em 1909, com dimensões modestas. A primeira edição mede 12X17,5 cm, editada em capa dura e brochura. Possuía 287 páginas divididas em 73 capítulos que narram a história do Brasil, possui uma conclusão intitulada “Final” onde os autores expressam seus objetivos e desejos para com a obra em seguida uma página é reservada para a bibliografia e no final do livro vem o índice com as indicações dos capítulos e páginas.

O “Extrato do Catálogo da Livraria Francisco Alves”¹¹ de 1916 indicava o preço da obra 3\$500. Comparando com outras obras indicadas no mesmo catálogo como *Coração* de Edmundo de Amicis, custando 2\$000 ou *Teatro Infantil* da

⁹ RIO, João do. Op. Cit. p. 4.

¹⁰ LAJOLO, Marisa. “Cronologia de Olavo Bilac.” In, BILAC, Olavo. BOMFIM, Manuel. *Através do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 33-35.

¹¹ Extrato encontrado na primeira edição *Minha Terra e Minha Gente*, no verso do livro.

mesma parceria de Netto e Bilac custando 2\$500 podemos dizer que não era das obras mais baratas no mercado.

Um dado curioso é a distância entre o ano do contrato feito entre os autores e o editor e o ano de publicação. Na primeira edição analisada na Biblioteca Nacional foi possível encontrar na folha de rosto do livro a seguinte frase: “Este livro foi entregue ao editor em 1894 e apareceu em... 1909!!!” Na tabela de contratos da Francisco Alves apresentada por Aníbal Bragança,¹² a data do contrato é de 1896. Por que a obra demorou tanto tempo para ser publicada? Essa é, sem dúvida, uma questão difícil de responder. Oriá Fernandes ao defender que a produção de obra didática era um meio de sobrevivência de muitos desses literários do início do século ressalta que Olavo Bilac e Coelho Netto escreveram a obra *Contos Pátrios* em 1904 por motivos de grandes dificuldades financeiras, quando os bens de Olavo Bilac corriam o risco de serem penhorados.¹³ Uma hipótese possível de ser levantada é que o sucesso de *Contos Pátrios* teria levado o editor a se interessar também na publicação e *A Pátria Brasileira* entregue anos antes.

Importante destacar que, das obras estudadas, *A Pátria Brasileira* é a única que indica aos seus leitores na capa a informação de que se trata de um livro de educação moral e cívica e logo abaixo de seu título vem a informação de que ela foi elaborada “Para os alunos das Escolas Primárias”. Isso comprova e reforça o seu público alvo – crianças dos cursos primários – e também o uso dessa obra em escolas primárias.

A obra não possui qualquer introdução, logo após a folha de rosto inicia-se a narrativa histórica com o capítulo “Para oeste!”. Capítulo no qual os autores fazem uma breve contextualização da Europa e mais especificamente de Portugal no final do século XV, dando destaque ao processo da expansão marítima portuguesa. A partir desse capítulo eles prosseguem a narrativa da história do Brasil em ordem cronológica até a Proclamação da República.

¹² BRAGANÇA, Aníbal. “A política editorial de Francisco Alves e a profissionalização do escritor no Brasil”. In.: ABREU, Marcia (org.). *Leitura, História e História da leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999. p. 463.

¹³ FERNANDES, Oriá. *O Brasil contado às crianças: Viriato Correa e a literatura escolar para o ensino de História (1934-1961)*. Tese de doutorado. São Paulo: Tese de doutorado defendida na USP, 2009. p.99.

As considerações dos autores sobre a obra encontram-se após a narrativa histórica com o título de “Final”. Em um texto curto com apenas três parágrafos ele trazem informações importantes sobre seus objetivos e sua concepção de História. Acredito que o deslocamento das considerações sobre a obra para a parte final do livro é uma estratégia dos autores que tenta atender as demandas de seus diferentes leitores. As questões colocadas nessa parte da obra podem não ser interessantes ou necessárias de imediato às crianças das escolas primárias, mas sem dúvida podem ser importantes para um professor ou outro adulto que vá fazer uma leitura dirigida dessa obra.

O que dizem os autores aos seus leitores no final de sua obra? Segue o texto:

Damos aqui por finda a nossa empresa. Abalançámo-nos a leva-la a termo sem vaidade, porque não trazemos novos subsídios à história nem nos alongamos tanto pelos episódios quanto devêramos; muitos e admiráveis, deixámos de parte, por não caberem em um livro cujo principal intuito é despertar nas almas jovens o amor da pátria.

Para tornar a leitura mais agradável procuramos revestir os fatos de uma forma amena que não enfastiasse os leitores. Daqui partires para o estudo da verdadeira história nacional; neste livro há apenas quadros e exemplos; e não vos deveis limitar às suas linhas escassas, por que há ainda muitas e grandes belezas a conhecer no copioso documentário da nossa vida social e política.

Ide por diante, buscai conhecer a vossa pátria, para que, vendo-a tão grande como é, façais por vos tornardes dignos dela.¹⁴

Logo no primeiro parágrafo é possível perceber pelos autores que o trabalho desempenhado por eles ao escrever o livro não tinha pretensões historiográficas ou de contribuir de forma acadêmica para a produção de um conhecimento histórico inédito. Outro ponto importante desse primeiro parágrafo é que eles reconhecem que a história que eles escrevem não dá conta do passado histórico de forma total, são recortes de alguns episódios e esses já são previamente selecionados pelos autores. Os indicativos sobre as escolhas que eles fizeram desses recortes fica explícito no final do parágrafo quando eles apresentam o objetivo geral dessa obra: “despertar nas almas jovens o amor da pátria.”

No segundo parágrafo é possível identificar uma série de outros elementos que compõem a história que Olavo Bilac e Coelho Netto escrevem. O primeiro ponto importante diz respeito à forma como eles desenvolvem a narrativa do

¹⁴ BILAC, Olavo e NETTO, Coelho. Op. Cit. p. 283-283.

texto, buscado ornamenta-lo para torna-lo mais facilmente lido pelas crianças. Vejamos em outro momento da obra um pequeno exemplo dessa narrativa que buscava apresentar os fatos de forma menos entediante aos seus leitores:

O povo, curioso, deixava as casas, acudindo precipitadamente à praça da Lampadosa, onde devia ter lugar a execução; havia gente às janelas, nas árvores, pelos telhados, e, posto que fosse de dor a cerimônia, as fisionomias apareciam satisfeitas: era um interessante e raro espetáculo; ninguém queria perde-lo: daí, a azáfama com que corriam ao sítio onde fora levantado o cadafalso.¹⁵

Esse trecho ilustra bem como os autores revestem os fatos. Retirado do capítulo “O Martírio de Tiradentes” os autores narram o acontecimento do dia em que Tiradentes foi à forca, a partir da ambientação da cidade e o sentimento da população ao acompanhar os acontecimentos. Um leitor desavisado que entrasse em contato com esse texto sem saber do contexto do livro poderia acreditar que o narrador foi testemunha ocular desse acontecimento. É uma forma narrativa muito próxima da crônica.

Outro ponto interessante do segundo parágrafo é a ideia de que o livro é o ponto de partida para os estudos do passado. Por ser uma síntese de recortes de alguns episódios do passado o leitor não pode toma-lo como todo o conhecimento histórico necessário. Por outro lado, os autores defendem a existência de uma verdadeira historia nacional, a qual seus leitores deverão conhecer dando continuidade aos seus estudos. Esse argumento pode servir como um estímulo aos alunos para que, após o termino da leitura, busquem em outros materiais ampliar seus conhecimentos. Entendendo que *A Pátria Brasileira* foi escrita para as escolas primárias os autores deixam claro que há mais a ser estudado nos anos seguintes.

O último ponto tratado nesse texto final é a exaltação patriótica feita pelos autores, ao dizerem que o livro não atende a toda a grandeza e beleza social e política do país, os autores estão exaltando e qualificando positivamente o passado nacional. Nessa mesma frase é possível perceber também que os autores estão delineando um recorte para o tipo de história que pretendem escrever, ela é social e política. No terceiro e último parágrafo os autores convocam os seus leitores a conhecerem toda a grandiosidade da terra em que vivem e vendo tal grandiosidade deveriam tornarem-se dignos de dela. Importante notar que para os autores, o

¹⁵ Idem. p. 200.

conhecimento da pátria passa necessariamente pelo conhecimento de seu passado. Esse aspecto aparece também nas outras obras analisadas como veremos mais adiante.

A Pátria Brasileira é a única obra dedica um espaço para apresentar a bibliografia utilizada para pelos autores. Analisando brevemente essa bibliografia é possível perceber a predominância de historiadores do século XIX, ou seja, contemporâneos à obra.

2.2. *Minha Terra e Minha Gente* de Afrânio Peixoto.

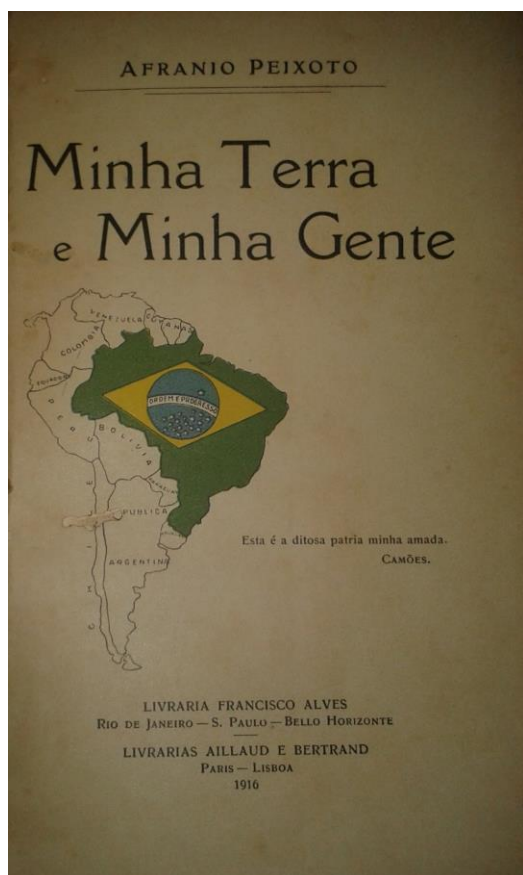


Figura 2. Capa *Minha Terra e Minha Gente*, 1916.

2.2.1. O autor

Júlio Afrânio Peixoto nasceu em Lençóis na Bahia em 1876 e faleceu aos 71 anos em 1947 no Rio de Janeiro. Durante sua vida produziu conhecimento nas mais diversas áreas o que o rendeu diversos títulos como: historiador, memorialista, filólogo, romancista, sociólogo, higienista, educador, psicólogo, psiquiatra etc. Era médico de formação, concluiu a faculdade de medicina em Salvador no ano de 1897 com a tese *Epilepsia e crime*, com grande repercussão no campo médico nacional e internacional. A vasta titulação que recebeu se deve aos diferentes gêneros que compõem a sua bibliografia: romances, ensaios, contos, crônicas, peças teatrais, artigos de crítica, monografias e tratados.

Iniciou sua carreira literária ainda na Bahia com o romance *Rosa Mística*, publicado em 1900. Dois anos depois se mudou para o Rio de Janeiro com a ajuda de uma rede de relações que estabeleceu com o governador da Bahia Severino Vieira, quem garante para ele uma vaga de inspetor sanitário na reforma da Saúde Pública realizada naquele momento. Em 1905 concorreu à vaga para a cadeira de Medicina Pública da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, cadeira que correspondia a duas disciplinas: Higiene e Medicina Legal. Sendo aprovado no concurso ele tornou-se professor dessa faculdade somente no ano seguinte.

Pode-se dizer que a confluência de sua carreira de médico com a de literato teve início em 1910. Ano em que lançou sua obra *Elemento de Medicina Legal* um grande sucesso para a época, editada pela Francisco Alves obteve mais de 25 mil exemplares no conjunto de suas edições até 1938. O sucesso dessa obra aproximaria Afrânio Peixoto do editor Francisco Alves, quem teria encomendado um compêndio sobre Medicina Legal, já que os existentes eram inabordáveis.¹⁶ Essa encomenda criou as condições materiais para Peixoto fazer sua segunda viagem à Europa, ocasião que aproveitou para conhecer também o Egito e regiões do Oriente Médio.¹⁷ A viagem foi o elemento de inspiração principal para a escrita de sua obra literária a *Esfinge* de 1911 que serviu de passaporte para sua entrada na Academia Brasileira de Letras no mesmo ano, instituição da qual foi presidente em 1923. Sua entrada para ABL garantiu o seu reconhecimento como

¹⁶ Ver. MAIO, Marcos Chor. “Afrânio Peixoto: notas sobre uma trajetória médica.” In. *Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência* (SBPC), n. 11, 1994. p. 77.

¹⁷ PEIXOTO, Afrânio. “Francisco Alves – o pioneiro do livro didático no Brasil”. In. MONIZ, Edmundo. *Francisco Alves de Oliveira: (livreiro e autor)*. Rio de Janeiro: ABL, 2009. p.61.

romancista e abriu portas para sua entrada nos importantes salões literários da época. Na sua produção literária sempre deixou transparecer sua lusofilia e é considerado um dos maiores especialistas da obra de Camões, chegando a publicar em 1924 o *Dicionário dos Lusíadas*.

Se o reconhecimento maior de sua produção se deu sobre as obras no campo da medicina e no da literatura, não podemos esquecer sua preocupação e atividades no campo educacional. Afrânio Peixoto acumulou importantes cargos nessa área, tais como: Professor universitário (1907); diretor da Escola Normal do Rio de Janeiro (1915); diretor de Instrução Pública do Distrito Federal (1916); professor de História da Educação do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1932); e reitor da Universidade do Rio de Janeiro (1935). Além desses cargos ele foi signatário do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* em 1932. Nas palavras de Francisco Venâncio Filho podemos caracterizar o perfil de educador de Afrânio Peixoto da seguinte forma:

[...] na multiplicidade dos aspectos que apresenta a personalidade de Afrânio Peixoto, o que domina é o de educador. No homem de letras como no de ciências, no higienista como no médico legista como no parlamentar, no ensaísta como no professor, no homem de sociedade como no amigo, Afrânio é antes de tudo o educador. Educou-se para educar, e ninguém no seu tempo o excedeu nesse nobre mister. Aos trabalhos sobre a educação que escreveu, cite-se o primoroso ensaio *Ensinar a Ensinar*, e uma história do nosso país que é *Minha Terra e Minha Gente*.¹⁸

A educação seria para Afrânio Peixoto, assim como para outros intelectuais e homens de letras do seu tempo um horizonte importante, um meio pelo qual seria possível transformar a sociedade. Estudos têm mostrado que o trabalho de médico sanitaria e o seu papel como educador estão eivados de concepções eugênicas da sociedade. Para Peixoto a educação deveria buscar o desenvolvimento de uma raça forte, higienizada, disciplinada, capaz de promover o progresso e manter a ordem no país.¹⁹

No ano em que escreve *Minha Terra e Minha Gente*, Afrânio Peixoto já havia alcançado o reconhecimento de seus pares na carreira de médico e literato. Não era um personagem desconhecido que se aventurava a escrever sobre o

¹⁸ FILHO, Francisco Venâncio. Apud. FILHO, Alberto Venâncio. “Afrânio Peixoto”. p. 23-24.

¹⁹ ABRANTES, Elizabeth Sousa. “A educação da mulher na visão do médico e educador Afrânio Peixoto”. In. *Revista Outros Tempos*, vol. 7, n. 10, dezembro de 2010. p. 145.

passado e sobre o povo brasileiro. Ao escrever sobre esses temas ele carrega toda a bagagem de sua formação como médico e literato.

2.2.2. *Minha Terra e Minha Gente*

Minha Terra e Minha Gente de Afrânio Peixoto foi publicado em 1916 em brochura com capa dura e dimensões modestas: 10,5 cm X 17 cm. O papel aparenta ser de qualidade, o sucesso da obra foi tamanho que ainda em 1916 saiu a segunda edição e em 1928 a terceira.

A obra é organizada pelo autor em três partes: “As Origens”, “A Formação Nacional”, “Da emancipação política para a econômica”. Cada parte dessas possui cinco capítulos, a numeração dos capítulos é separada em cada parte. A média de páginas por capítulo é de dez a vinte páginas. Os títulos dos capítulos por parte são os seguintes:

As Origens:

I – Civilização heleno-latina. A moral cristã. A iniciação de Portugal;

II – Os portugueses, nossos maiores. A vocação de Portugal;

III – Navegações portuguesas: à conquista do mundo;

IV – A voz de um povo: Camões e *Os Lusíadas*;

V – A Língua portuguesa.

A Formação Nacional:

I – Descobrimiento do Brasil. A posse da terra descoberta;

II – Os primitivos donos do Brasil: a defesa e a catequese do gentio pelos Jesuítas;

III – Governo colonial: a defesa contra os estrangeiros e a conquista do sertão;

IV – Colonização do Brasil: trabalho escravo e trabalho livre;

V – A maioridade do Brasil: Franquias de comércios e indústrias. Colaboração de estrangeiros;

Da emancipação política a econômica:

I – A monarquia no Brasil: D. João VI, D. Pedro I, D. Pedro II;

II – A República;

III – O Brasil: a Terra;

IV – O Brasil: a Gente;

V – O que é uma nação. O futuro do Brasil.²⁰

Antes do índice do livro e de iniciar o texto o autor faz uma breve apresentação onde demonstra os seus propósitos e objetivos com a obra. Assim como Coelho Netto e Olavo Bilac, o autor é breve e não se estende por mais do que cinco parágrafos. Nesse texto introdutório Afrânio Peixoto aponta um problema existente entre os brasileiros que se propõem a estudar o Brasil, segundo o autor, eles “oscilam, ordinariamente entre um desenganado pessimismo e um

²⁰ PEIXOTO, Afrânio. Op. Cit. p. 7-8.

otimismo ridículo.”²¹ Enquanto que para uns o Brasil estaria sempre à beira de um abismo, para outros a pátria seria sempre a mais bela, mais rica, em tudo única no mundo. Segundo Peixoto, esses dois posicionamentos não seriam capazes de produzir algo. É partindo desse problema que ele vê a utilidade de escrever o seu livro, que tem por objetivo principal: dizer às crianças de sua terra “verdades necessárias” sobre os “problemas essenciais da nossa nacionalidade”.

Quais seriam esses problemas? No final do parágrafo seguinte Peixoto argumenta que no período em que ele escrever, “depois da emancipação política procuramos uma emancipação econômica, bem mais difícil de conseguir.” Ou seja, a obra que ele se propõe a escrever tem por objetivo tratar de um problema vivenciado por ele e pelos brasileiros no presente. Essa é uma das funções da educação cívica, que para o autor deve ser feita com estudo de causa. Para ele as “razões do patriotismo devem ser buscadas nas origens e nas tradições, continuadas na história da formação nacional”, até que possa ter como resultado a busca por solucionar os problemas do presente como a independência econômica.

No penúltimo parágrafo o autor reforça a ideia de que para educar e “conduzir socialmente os futuros brasileiros” é preciso seguir o caminho da “verdade honestamente procurada e dita com franqueza.”

Uma hipótese possível de se levantar a respeito dessa apresentação escrita por Afrânio Peixoto é que ele está fazendo uma crítica aos demais manuais e livros de leitura que pregam o civismo. Era justamente nessas obras que podemos perceber um otimismo que defende a superioridade quase que natural do Brasil sobre os demais países como o caso da obra *Porque me ufano do meu país* de Afonso Celso publicada em 1900.

No último parágrafo da introdução Afrânio Peixoto chama sua obra de livrinho, o que dá uma noção de obra menor, mais simples que as outras, em seguida ele compensa esse tom negativo dado a obra e afirma que tinha a mais alta ambição literária ao escrevê-la.

²¹Idem. p.5.

2.3. Nossa Pátria de Rocha Pombo



Figura 3. Capa *Nossa Pátria*, 1917.

2.3.1. O autor

Francisco da Rocha Pombo nasceu na cidade de Morretes no Paraná em 1857. Iniciou sua vida intelectual na mesma cidade aos 18 anos, ocasião em que substituiu o pai como professor primário. Sua formação formal teria sido concluída apenas até as primeiras letras, a partir daí deu prosseguimento nos estudos por conta própria.

As lutas abolicionistas e republicanas foram concomitantes com o início de sua carreira de jornalista. Aos vinte anos funda e dirige em sua cidade natal o jornal *O Povo*. Com o desenvolvimento de sua carreira jornalística muda-se para Curitiba onde contribui com textos em diversos jornais, inclusive do Rio de Janeiro, e inicia sua carreira de literato com o romance *A Honra do Barão* de 1882. Após a instauração da República envolveu-se na tentativa de fundar uma universidade no Paraná.

Em 1897 mudou-se para o Distrito Federal onde continuou sua atuação como jornalista, como professor lecionou no Colégio Pedro II, na Escola Normal e em 1912 entrou para o corpo docente da Universidade Popular do Rio de Janeiro ministrando aulas de História Geral. É no Rio de Janeiro que iniciou sua carreira de historiador com a publicação em 1899 de *História da América* e em 1900 publica *Paraná no Centenário*. O ano de 1905 foi o de maior importância para sua produção bibliográfica, quando publicou seu romance de maior repercussão *No Hospício* e dá início a sua maior obra historiográfica: *História do Brasil* em dez volumes. A publicação dessa coletânea só foi encerrada em 1917, ano em que publica *Nossa Pátria*.

A vasta bibliografia que escreveu sobre História do Brasil gerou polêmica na crítica. João Ribeiro considerou sua obra “difuso, frio, raras vezes ameno, de leitura difícil. Entretanto, há grande cópia de informações úteis nele”.²² Já Rodolfo Garcia, seu sucessor na Academia Brasileira de Letras fez a seguinte declaração a respeito da obra de Rocha Pombo:

Entretanto não há como desconhecer o extraordinário mérito da obra de Rocha Pombo, sua utilidade provada, os serviços prestados aos estudiosos, que estimam entre todas as congêneres . se conferidas as estatísticas das bibliotecas, verifica-se que sua “História do Brasil” é, nessa classe, o livro mais consultado, o mais lido

²² RIBEIRO, João. Apud. Academia Brasileira de Letras. *Rocha Pombo - Biografia*. Disponível em: www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=349&inford=216&tpl=printerview Acessado em: 24 de janeiro de 2013.

de todos, o que significa popularidade e vale pela mais legítima das consagrações.²³

De fato Rocha Pombo foi muito lido, seja pelos estudantes secundários, universitários ou ainda por aqueles que passaram apenas pelas classes primárias. Seu livro *Nossa Pátria* teve nada menos que 88 edições, a tiragem de todas elas somam mais de 350 mil exemplares vendidos.

Terceiro ocupante da cadeira 39 da Academia Brasileira de Letras, Rocha Pombo não pode tomar posse em função de sua morte. Foi também sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a partir de 1900. Dos autores aqui estudados é o único que teve a maior parte de sua produção intelectual voltada para a área de História, principalmente do Brasil.

2.3.2. *Nossa Pátria*

Nossa Pátria tem como subtítulo, “narração dos fatos da História do Brasil através de sua evolução com muitas gravuras explicativas”, possui uma dimensão próxima as demais obras com 13 X 18 cm e 162 páginas. Como o subtítulo informa, há muitas gravuras explicativas, na sua maioria são reproduções de quadros, mas há também mapas e bustos de personagens históricos, somando um total de mais de cem gravuras, ou seja, a maioria das páginas são ilustradas. Grande parte dessas gravuras estão em preto e branco, exceto os mapas e a primeira e a última imagem onde aparecem a bandeira nacional. O valor de venda da primeira edição encontrado no catálogo exposto na contracapa da própria obra é de 2\$500.

O livro está dividido em 51 capítulos, todos eles numerados e nomeados. O índice vem logo no início do livro. Antes do índice e de iniciar a narrativa histórica há uma apresentação intitulada “Este livrinho”, onde o autor nos dá pistas sobre a concepção dele sobre a história, a obra e os seus objetivos. Rocha Pombo escreve o seguinte:

Este livrinho é feito para a inteligência das crianças e dos homens simples do povo.

²³ Idem. p.1.

Nestes dias, que alvorecem tão novos, em que se procura criar o culto da pátria, penso que o primeiro trabalho para isso é fazer a pátria conhecida daqueles que devem amar.

Não se ama uma terra senão quando alguma coisa sagrada a ela nos prende – algum sacrifício, ou alguma tradição gloriosa.

São essas coisas que firmam a nossa existência moral.

Sentir o que fizeram de grande os nossos antepassados equivale a tomar o compromisso de os continuar na história.

Os nossos anais, conquanto sejamos novos no mundo, registram lances de que nos podemos orgulhar.

Fixa-los, em suas linhas gerais, na alma das gerações, é, pois, o processo mais prático e seguro de nela criar e nutrir o sentimento da pátria.

É o que procuro aqui fazer com todo carinho.

Outros poderão fazer coisa melhor, com mais talento; mas eu escrevi este livrinho como todo o meu coração.²⁴

Rocha Pombo inicia esse texto de apresentação direcionando para quem o livro se destina: crianças e homens simples do povo. Ao direcionar o livro para esse público o autor explicita não só o seu público alvo, mas também parte de seus objetivos com a obra. Assim como nos dá pista da forma como ele procederia em seu texto. A primeira ideia é de que um dos objetivos seria a vulgarização de determinado conhecimento histórico, ou seja, atender um público mais amplo, fora dos círculos dos especialistas, dos acadêmicos. Segundo, ao propor que o texto é direcionado à inteligência das crianças e dos homens simples do povo, o autor demonstra a preocupação em adequar a linguagem, os conteúdos e a reflexão para esse público.

No parágrafo seguinte o autor expõe seu objetivo maior ao escrever o texto: tornar a pátria conhecida a quem deve amá-la. Aproximando da concepção dos autores das outras obras trabalhadas, para Rocha Pombo só seria possível amar a pátria que a conhecesse. Mais uma vez o conhecer a pátria passa pelo conhecimento de seu passado histórico. Outro ponto importante é o autor remeter a necessidade de conhecer a pátria para depois amá-la ao momento em que ele escreve, quando seria necessário criar o culto da pátria. Lembremo-nos que os anos iniciais do século XX a preocupação dos intelectuais em criar um sentimento de patriotismo entre os cidadãos brasileiros era grande e era simultâneo com a ideia de formar cidadãos para a República recém instaurada. No âmbito externo o culto ao patriotismo também estava em alta e a segunda metade da década de

²⁴ POMBO, Francisco da Rocha. *Nossa Pátria*. São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1917. p. 5.

1910 foram marcados pela Grande Guerra, onde o patriotismo servia de combustível para os soldados arriscarem suas vidas.

No parágrafo seguinte o autor esclarece o que seria preciso para se amar a pátria: prender-se a ela por algo sagrado. Essa “alguma coisa sagrada” poderia ser “algum sacrifício, ou alguma tradição gloriosa.” A explicação do autor nos dá alguns indícios de como ele entende o passado que deve ser conhecido para gerar o sentimento de amor à pátria. Primeiro, ele seria marcado pelo sacrifício dos antepassados, esse sacrifício teria sido feito por homens que defenderam, inclusive com suas vidas a pátria ou colaboraram com grande empenho para sua formação. A tradição gloriosa remete a uma aproximação entre história e tradição.

Essa ideia de tradição gloriosa ajuda a construir o argumento em defesa de um passado glorioso e monumental que deve ser seguido pelos homens do presente, um passado do qual devem se orgulhar. Rocha Pombo continua construindo esse argumento ao afirmar a necessidade de se conhecer o que fizeram de grande nossos antepassados para servirem de inspiração e exemplo aos homens do presente. O autor fecha essa ideia ao defender que a melhor maneira de criar e nutrir o sentimento de pátria seria fixando nas almas das novas gerações os motivos pelos quais os brasileiros devem se orgulhar.

No final da apresentação, assim como a dupla Olavo Bilac e Coelho Netto, Rocha Pombo reconhece que seu trabalho não é algo acabado e que alguém pode superá-lo. Apesar dos possíveis erros e limitações de seu trabalho ele foi realizado com o coração. Essa seria uma estratégia do autor para se aproximar de seus leitores.

Após a breve apresentação de suas propostas o autor começa o texto propriamente dito. Todavia, o autor, diferente dos demais autores aqui trabalhados, não inicia seu texto com uma narrativa histórica ou explanando sobre alguma tradição brasileira. A narrativa cronológica do passado só começa no capítulo V, intitulado “A Terra e a América”.

Rocha Pombo inicia seu texto com um capítulo chamado “Nossa Pátria”. Nele o autor dá algumas definições do que seria pátria:

“Pátria! terra de nossos pais e onde viveram nossos avós. Terra onde temos todas as recordações da nossa vida e nossa família. Terra onde tudo nos fala à alma –

campos e mares, florestas e montanhas – e onde parece que até as estrelas e os próprios ares nos alegam mais que os outros céus!”²⁵

Nessa passagem podemos perceber dois aspectos ligados diretamente à definição de pátria. A primeira é a concepção de história, ligada a um passado reconhecido e familiar dos indivíduo pertencente à pátria: “viveram nossos avós (...) recordações de nossa vida e nossa família”. O passado ao qual Rocha Pombo está se referindo nesse caso não é o mesmo passado que ele irá narrar no restante do texto - um passado comum a todos que vivem na mesma pátria – mas sim um passado ligado ao indivíduo, à sua família.

O segundo aspecto que aparece nessa definição de pátria é a noção de espacialidade. O autor não chega a citar em nenhum momento a palavra território, mas deixa claro que a pátria é um pedaço de terra onde os homens vivem e reconhecem seus diferentes aspectos geográficos – mares, florestas e montanhas. A pátria seria o espaço no qual se desenvolveria a trajetória individual e familiar e a trajetória coletiva dos homens que ali viveram.

A relação entre pátria e o passado nacional é construído mais adiante, no mesmo capítulo, quando o autor destaca a necessidade de estimar mais os homens que vivem na mesma pátria que os de outras, embora seja, segundo o autor, necessário estimar toda a humanidade. Nesse caso ele diz que os homens de “nossa pátria” são aqueles que: “(...) falam a mesma língua que falamos, os que têm a mesma religião que nós temos, que veneram os mesmos antepassados que veneramos.”²⁶ Nesse trecho é possível perceber uma concepção coletiva de passado, já que os homens para serem considerados da mesma pátria teriam que compartilhar a veneração aos mesmos antepassados.

Outra concepção de pátria que aparece nesse primeiro capítulo de Rocha Pombo é a de pátria enquanto “Mãe”, para ele, é nela que os homens possuem proteção, “como se fosse uma continuação dos nossos lares.”²⁷ Ao mesmo tempo em que protege seus filhos, é dever destes defendê-la contra “a ambição, a inveja ou o ódio de outro povo se levantasse contra ela.”²⁸ O autor faz uso dessa aproximação sentimental, da suposta criação de laços familiares entre os homens e

²⁵ POMBO, Rocha. “Pequena História do Brasil: Nossa Pátria. 84° edição. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1965. p.9.

²⁶ Idem. p. 10.

²⁷ Idem. p. 9.

²⁸ Idem. p. 10.

a pátria, é justamente fazendo uso desses laços que ele defende o sacrifício por ela, se necessário da própria vida dos homens.

Terminada a definição de pátria, Rocha Pombo faz no capítulo II, “A Bandeira da Nossa Pátria”, uma apresentação de dois símbolos da pátria: a bandeira e o hino. Esses símbolos permitiriam sentir e reconhecer a pátria, respectivamente, pela visão e pela audição. Após explanar sobre a importância da bandeira e de suas cores, o autor dá o sentido e o motivo pelo qual devemos respeitar tais símbolos:

É assim que a nossa bandeira nos lembra o nosso passado, nos une no presente, nos encoraja para o futuro. Por sua vez, o hino nacional desperta em nossos corações o entusiasmo com que havemos de continuar no mundo a obra de nossos antepassados.²⁹

Na importância desses símbolos é possível perceber mais uma vez a relação que a pátria constrói com a ideia de temporalidade. Ambos os símbolos remetem ao passado, a sua continuidade no presente e uma perspectiva de futuro.

Após fazer essa explicação do que seria a pátria e dos seus principais símbolos, Rocha Pombo começa a tratar do passado, entretanto, nos capítulos três e quatro ele ainda não dá início à narrativa cronológica que irá predominar no restante do livro. No capítulo III, “A nossa independência”, ele narra a importância do acontecimento de 7 de setembro de 1822 para a formação da pátria. Para ele, “este fato é o mais notável de nossa história.”³⁰ É a partir desse acontecimento que a pátria se torna livre e soberana, sendo possível criar seus próprios símbolos.

No capítulo seguinte, “José Bonifácio”, o autor destaca a importância desse personagem para o processo de independência da pátria. “No culto dos nossos antepassados, é ele - o *Patriarca* – que deve estar mais vivo em nossos corações.”³¹ Ele é quem teria sido o principal responsável pela formação do Brasil.

Importante destacar que esses dois capítulos nos quais Rocha Pombo começa a falar do passado nacional é possível perceber de forma bem clara o caráter de exaltação e monumentalização desse passado. Neles o autor coloca em prática os princípios que havia delimitado na apresentação da obra: primeiro o

²⁹ Idem. p. 11.

³⁰ Idem. p. 12.

³¹ Idem. p. 14.

reconhecimento dos acontecimentos gloriosos do passado para gerar nos seus leitores um orgulho pela pátria. Segundo, a apresentação do caráter e dos feitos dos antepassados para que fossem continuados no presente.

2.4. Relação entre editor e autor

Existe uma questão em torno da profissão de escritor no Brasil na virada do século XIX para o XX: Seria possível um autor sobreviver materialmente somente de sua pena? Na breve apresentação feita dos autores trabalhados nessa pesquisa é possível perceber um ponto em comum: todos eles conciliavam suas atividades literárias com outras: escreviam em jornais, atuavam na política, eram funcionários públicos e professores. Havia uma diversidade grande de ocupações feitas por esses intelectuais e muitas das vezes essas funções eram simultâneas.

Como já foi apresentado no caso de Coelho Netto, viver das penas demandava muita dedicação e um trabalho disciplinado. Um personagem importante para a sobrevivência desses escritores em momentos de dificuldade era o editor. Garantir um bom pagamento e honrar com os compromissos firmados era fundamental para esses autores. Os exemplos apresentados acima mostram que Afrânio Peixoto teria dificuldades de realizar sua viagem de 1911, inspiração para seu romance mais popular, caso não contasse com a encomenda de um compêndio feita por Francisco Alves. A obra *Contos Pátrios* também foi escrita por encomenda do mesmo editor que tinha a intenção de auxiliar a dificuldade financeira de Olavo Bilac.

Se por um lado os editores auxiliavam os autores na sua vida material e contribuía para a produção literária ou pedagógica desses literatos, por outro a demanda ou a possibilidade de publicar qualquer obra passava quase sempre pelo crivo dos editores. Por isso acredito ser tão importante fazer uma breve contextualização de quem foi Francisco Alves, editor de duas obras aqui estudadas – *A Pátria Brasileira* e *Minha Terra e Minha Gente*.³² Em seguida faço uma breve contextualização da editora Weiszflog Irmãos, que publicou a primeira edição de *Nossa Pátria*.

³² A editora da primeira edição de *Nossa Pátria* foi a Weiszflog Irmão. Por escassez de estudos e fontes sobre essa editora não foi possível fazer uma contextualização que fosse além da apresentação feita no início do item 1.3 deste capítulo.

2.4.1. Francisco Alves e a profissionalização do escritor

A livraria e editora de Francisco Alves foi fundada em 1854 pelo português Nicolau Antonio Alves (1827-1902) com o nome Livraria Clássica. Num contexto marcado por mudanças sócio econômicas advindas do fim do tráfico negreiro, investimentos e modernização dos transportes e meios de comunicação, formação de uma mentalidade empresarial moderna e o desenvolvimento de uma imprensa combativa, a inauguração da livraria coincidia também com mudanças no campo educacional, como a reforma Couto Ferraz de 1854 que reformou a instrução primária e secundária, onde anunciou-se que o material escolar seria fornecido pelos Estado e pelo surgimento de novas instituições escolares.³³

Ainda que a reforma proveniente do decreto de Couto Ferraz não signifique, em termos práticos, que o Estado passaria imediatamente a comprar e fornecer livros didáticos de forma plena, ela marca o início de uma relação mais estreita entre o poder público e as editoras privadas e autores. Para Tânia Luca, essa relação para a produção do livro didático que se forma de quatro elementos: escritor, editor, leitor e Estado. Diferenciando-se das obras literárias que teriam menor influência do Estado e se formariam a partir da relação entre autor, editor e leitor.³⁴ Isso implicaria a preferência por determinados autores que conseguiriam comprovar por sua biografia, sua competência técnica, pertinência a agremiações de cunho científico e literário, trajetória profissional e política.

Se por um lado essa aproximação entre editoras e o Estado contribui para a formação dos conteúdos dos livros, por outro, ela garante um mercado mais certo e vantajoso para esse tipo de publicação, como nos conta Afrânio Peixoto reproduzindo uma fala do Garnier “O livro didático, a carne, é para o Alves; a literatura, o osso, para mim...”³⁵. Circe Bittencourt aponta que a partir da segunda metade do século XIX e com mais força no início do século XX, com a

³³ Ver.: BRAGANÇA, Aníbal. “Francisco Alves na História do Livro: uma introdução”. In. MONIZ, Edmundo. *Francisco Alves de Oliveira* (livreiro e autor). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009. (p. 6-8)

³⁴ LUCA, Tania Regina de. Op. Cit. p. 153-154.

³⁵ PEIXOTO, Afrânio. “Francisco Alves – o pioneiro do livro didático no Brasil.” In. MONIZ, Edmundo. Op. Cit. p. 61.

expansão do processo de alfabetização de jovens e adultos no Brasil e no exterior e com a preocupação do Estado em regular a educação, os livros que fossem aprovados pelas autoridades “tinham um público cativo e compulsório, a venda era mais garantida que qualquer romance ou obra de ficção.”³⁶ Isso despertava o interesse tanto dos editores, preocupados com sua venda, quanto dos autores, que utilizaram a literatura escolar para divulgar seu trabalho. Comparando alguns números Bittencourt mostra que a tiragem média dos romances era de 500 cópias anuais enquanto os livros didáticos tinham edições com a média de 3 a 6 mil exemplares.

A editora fundada por Nicolau Alves se torna a principal e maior editora voltada para o público escolar na corte. No ano de 1863 chega ao Brasil ainda bem jovem Francisco Alves (1848-1917), sobrinho de Nicolau, trabalharam juntos até 1897, quando Francisco Alves assume plena propriedade da empresa e transfere a sede da livraria para a Rua do Ouvidor, evento aclamado pelos principais jornais da época.³⁷ Durante sua trajetória como livreiro, Francisco Alves não restringiu seus negócios ao Rio de Janeiro, abriu filiais em São Paulo, Belo Horizonte e acertou sociedades com editoras estrangeiras como Aillaud e Livraria Bertrand, sendo o primeiro brasileiro a incorporar em seus negócios livrarias-editoras na França e em Portugal, invertendo o percurso de seus contemporâneos europeus como os Garnier.³⁸

A editora Francisco Alves publicou entre 1882 e 1916 mais de 500 títulos e não se restringiu apenas a edição escolar. Seu catálogo possui um extenso e variado número de obras técnicas, jurídicas etc. Produziu edições literárias de importantes autores contemporâneos brasileiros como Olavo Bilac, Euclides da Cunha, Raul Pompeia e de estrangeiros como Edmond de Amicis e Carlos Medeiros Dias.

Estudioso da biografia e obra de Francisco Alves, Aníbal Bragança destaca a importância do editor para a profissionalização do escritor e do editor no Brasil. No final do século XIX a maioria dos homens de letras faziam da imprensa periódica um meio de sobrevivência, foi o primeiro local onde esses homens conseguiram ocupar o seu espaço. Bragança estabelece uma relação direta na

³⁶ BITTENCOURT, Circe. Op. Cit. p. 82.

³⁷ Ver. BRAGANÇA, Anibal. Op. Cit. p. 15.

³⁸ Idem. p. 16.

forma como Francisco Alves estabelecia seus contratos com os autores e o espaço que os escritores irão ganhar dentro das editoras. O tipo de contrato predominante feito por Francisco Alves foi o de cessão de direitos autorais. Nesse tipo de contrato o editor paga as despesas materiais da produção do livro – papel, impressão e acabamento - e o autor fica responsável por fazer o original e divulgar a obra nos estabelecimentos de instrução. Na divisão mensal das vendas das obras fica 50% para o editor e o restante para o autor. Francisco Alves se destaca da maioria dos editores de seu tempo por cumprir os seus contratos e remunerar dignamente os autores.³⁹

2.4.2. Weiszflog Irmão e Melhoramentos

Obra de Rocha Pombo, *Nossa Pátria*, foi publicada em 1917 pela editora Weiszflog Irmão, localizada na cidade de São Paulo. Essa editora inicia suas atividades em 1907 como firma independente. Em 1921, na ocasião em que Alfredo Weiszflog assume o controle das fábricas de papel Melhoramento ocorre uma fusão entre as duas empresas. Essa fusão iniciou um processo inédito no mercado editorial brasileiro até o momento, a Melhoramentos passou a ter controle de todo o processo de produtivo do livro, seu lema era: “do pinheiro ao livro”.

A viga mestra da atividade editorial da Melhoramentos era a literatura infanto-juvenil e os livros didáticos. Hallewell indica que o foco dessa editora em livros infantis vem de 1915 com a Weiszflog Irmãos, quando publicou *O patinho feio* de Hans C. Andersen e deu sequência às publicações infantis com a “Coleção Biblioteca Infantil”, um extensa linha de livros infantis vivamente coloridos.⁴⁰ Segundo a pesquisadora Marcia Rizzini a produção didática e infantil dessa editora correspondia a mais de 60% de seus títulos durante a Primeira República.⁴¹

³⁹ BRAGANÇA, Aníbal. “A política editorial de Francisco Alves e a profissionalização do escritor no Brasil”. In.: ABREU, Marcia (org.). *Leitura, História e História da leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, São Paulo: Fapesp, 1999.

⁴⁰ HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: uma história*. São Paulo: Edusp, 1985.(p. 257-258) e <http://editoramelhoramentos.com.br/v2/a-editora/historico/> Acessado em: 20/12/2013.

⁴¹ RAZZINI, Marcia de Paula Gregório. “A Produção de livros escolares da Editora Melhoramentos na Primeira República.” In. *XXX Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação*, INTERCOM: Santos, SP, 2007.

A obra de Rocha Pombo é um exemplo dessa preocupação da editora Weiszflog Irmãos, posteriormente da Melhoramentos, em publicar obras voltadas para o público infantil e didáticas. A Melhoramentos prosseguiu na publicação das edições seguintes de *Nossa Pátria* até 1970, com um total de 88 edições e mais de 350 mil exemplares vendidos, dentre os livros estudados é com certeza o que teve maior sucesso editorial.